

Justiça pede a prisão de gangue da Saúde no Rio

Rio — A Procuradoria Geral de Justiça pediu ontem a prisão preventiva do grupo de seis pessoas acusado como responsável por um rombo de R\$ 10 milhões na Secretaria da Saúde durante o governo Leonel Brizola, para evitar que fujam do país.

São eles o ex-secretário estadual de Saúde Astor Pereira de Mello, o ex-presidente da Assembléia Legislativa José Nader, o deputado Aluísio de Castro, os advogados José Augusto Ferreira da Silva Ramos e Carlos Alberto Rocha e o coronel da PM Carlos Armando Foli.

O procurador-geral de Justiça, Hamilton Carvalhido, denunciou mais 79 pessoas pelas fraudes.

Os acusados responderão pelos crimes de formação de quadrilha e peculato e poderão ter seus bens sequestrados pela Justiça.

Defesa — O relator do processo será o desembargador João de Deus Lacerda Menna Barreto, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

O prazo para apresentação da defesa prévia é de 15 dias. A partir daí, o desembargador decide se aceita ou não a denúncia e decreta a prisão preventiva.

A Assembléia Legislativa terá que dar autorização para que o deputado Aluísio de Castro seja processado.

O procurador Carvalhido não afastou a hipótese de que, no de-

correr do processo, outras pessoas sejam denunciadas.

Dos outros denunciados, 31 são funcionários da Secretaria e 48 sócios gerentes de empresas envolvidas nas fraudes.

Na denúncia de 60 folhas, Carvalhido aponta quatro modalidades de crime usadas pelos acusados.

O procurador-geral Hamilton Carvalhido explicou que decidiu pedir a prisão preventiva de seis acusados das fraudes para garantir a instrução criminal, a ordem pública e a aplicação da lei penal.

Ele teme que esses acusados possam fugir do país, a exemplo do que ocorreu com a advogada Jorgina Maria de Freitas, condenada por fraudar o INSS.